Valor Econômico
Publicado em 01/11/2022 - 05:58

Bloqueios em rodovias crescem e preocupam o setor produtivo

Eleições Segundo PRF, interdições parciais ou totais cresceram atingindo 321 ocorrências em 26 Estados e no DF

Moraes determina ação para desobstruir estradas

Isadora Peron, Rafael Bitencourt, Rafael Walendorff e Luísa Martins
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, na noite desta segunda-feira, que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e as polícias militares adotem ações imediatas para desobstrução de vias ocupadas em fofo o país.

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) estão realizando bloqueios em estradas por não aceitarem o resultado das eleições.

Moraes, que é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atendeu a um pedido do Ministério Público Eleitoral e da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

No domingo, Moraes já havia entrado em conflito com a PRF devido às abordagens a ônibus que levavam eleitores para votar.

Na decisão, o ministro apontou "omissão e inércia" do órgão, e determinou que o diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, adote, imediatamente, todas as medidas necessárias para a desobstrução das estradas.

Em caso de descumprimento, o ministro apontou que ele poderá ser afastado do cargo e até sofrer "prisão em flagrante de crime desobediência". Também disse que Vasques estará sujeito a "multa horária, de caráter pessoal" de R$ 100 mil a partir da meia-noite desta terça-feira.

Ele também determinou a intimação do ministro da Justiça, Anderson Torres, além de Vasques e de todos os comandantes-gerais das Polícias Militares estaduais "para que tomem as providências que entenderem cabíveis, inclusive a responsabilização das autoridades omissas".

Moraes citou um vídeo que circula nas redes sociais para apontar uma "possível passividade de agentes da Polícia Rodoviária Federal em face de manifestações interruptivas de vias públicas federais".

"Em que pese o exercício do poder de polícia ser da competência de vários dos órgãos públicos envolvidos, como as Polícia Rodoviária Federal e Polícias Militares, o que lhe permitiria o emprego do desforço necessário para a livre circulação de bens e pessoas, é também inegável conforme os vídeos citados, que a PRF não vem realizando sua tarefa constitucional e legal", escreveu.

Para ele, há abuso no exercício do direito de reunião "para propagar o descumprimento e desrespeito ao resultado do pleito eleitoral para presidente e vice-presidente da República, cujo resultado foi proclamado" pelo TSE no domingo.

"As manifestações, em si mesmas consideradas, mormente no que obstruem, interrompem e obstaculizam de modo indiscriminado vias públicas federais, bem assim, também as falas de agentes da Polícia Rodoviária Federal, desnaturam e desvirtuam o direito de reunião, isso porque, segundo aponta o Ministério Público Eleitoral, são motivadas por uma pretensão antidemocrática, qual seja, um protesto contra a eleição regular e legítima de um novo Presidente da República, em 30 de outubro de 2022, inclusive com pretensão impeditiva de posse por meio de atos ilegítimos e violentos como seria uma absolutamente impensável intervenção militar", disse.

As mobilizações dos apoiadores mais radicais do presidente Jair Bolsonaro nas rodovias colocaram entidades que representam o setor produtivo em estado de alerta — inclusive segmentos e parlamentares que apoiam o chefe do Executivo. As interdições parciais ou totais nas estradas, que eram pontuais no início da noite de domingo, cresceram ao longo desta segunda-feira, atingindo o total de 321 ocorrências em 25 Estados e no DF, informou a Polícia Rodoviária Federal (PRF), às 20h33.

Segundo o **Valor** apurou, a atuação da PRF, que no dia da eleição intensificou a fiscalização de transporte de eleitores em Estados onde o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve bom desempenho no primeiro turno, foi vista por desconfiança por outros órgãos de Estado.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também fez um apelo pelo fim dos bloqueios. A preocupação é em garantir a passagem de cargas vivas, ração, ambulâncias e outros itens de primeira necessidade e perecíveis.

Líderes da paralisação geral dos caminhoneiros de 2018 divulgaram vídeos para defender o resultado do pleito. Já a CNT chamou atenção para o risco de "transtornos econômicos".

O Ministério da Agricultura chegou a ser acionado "com a mesma preocupação da época da covid-19" por entidades do agronegócio e de supermercados para monitorar os impactos dos bloqueios. Ao **Valor**, um integrante do ministério relatou que os impactos ainda estão sendo medidos, mas que só será possível ter uma noção dos efeitos após 72 horas.

Esta fonte informou ainda que as entidades do setor que procuraram a Pasta para apontar risco semelhante ao período inicial da pandemia. Na ocasião, o governo precisou agir para declarar a essencialidade de alguns serviços e setores, como o transporte de alimentos e insumos agropecuários. Esse tipo de medida, no entanto, ainda não é cogitado.

O Movimento Pró-Logística, ligado à Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), informou que monitora possíveis impactos no escoamento de grãos. Apesar de a colheita da safra já ter sido finalizada na maior parte das fazendas, os bloqueios podem atrapalhar a movimentação da produção com destino à exportação e para o abastecimento interno, como o milho que é transportado para as granjas de aves e suínos, para confinamentos de bovinos e para as indústrias de etanol à base do cereal.

Antes da determinação de Moraes, a Procuradoria-Geral da República (PGR) notificou o diretor-geral da PRF a detalhar as providências que estão sendo tomadas para remover os bloqueios nas rodovias federais e garantir o fluxo de veículos.

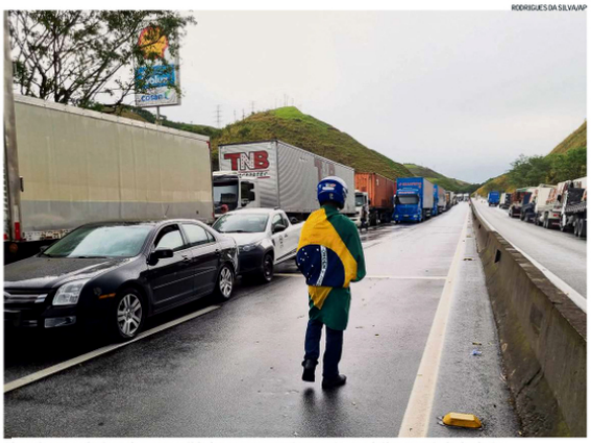
Os procuradores-chefes do Ministério Público Federal (MPF) nos Estados deverão elencar, em até 24 horas, as ações para "coibir eventual omissão ou facilitação dos agentes da PRF" em relação aos entraves nas estradas.

O pedido feito pelo Ministério Público Eleitoral ao TSE foi assinado pelo vice-procurador-geral Eleitoral Paulo Gonet. "Desafios dessa espécie atingem o processo eleitoral", frisou o vice-PGE.

Enquanto o atual presidente se mantinha em silêncio sobre o reconhecimento do resultado das urnas, circularam vídeos com agentes da PRF se comprometendo, diante de manifestantes, a não fazer a retirada dos bloqueios. Durante o dia, correram mensagens de convocação para os protestos. Uma das poucas manifestações públicas de políticos, em apoio ao movimento, veio da deputada federal Carla Zambelli (PL). "Parabéns, caminhoneiros. Permaneçam, não esmoreça", disse ela, no Twitter. No fim de semana, ela ameaçou com uma arma um homem em uma discussão política em São Paulo.

Entre os lideranças dos caminhoneiros que repudiaram a iniciativa de bloqueio das rodovias estavam Wallace Landim, o Chorão, da Abrava, e o Carlos Alberto Dahmer, do Sindtac-RS. ***(Colaboraram Lu Aiko e Caetano Tonet)***

RODRIGUES DA SILVA/AP



Bloqueios em rodovias colocaram entidades que representam o setor produtivo em estado de alerta

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.